

Determinantes da participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro

Frederico Santos Damasceno^{*}
Marina Silva da Cunha^{**}

Resumo

O objetivo deste trabalho é estudar o idoso no mercado de trabalho brasileiro para verificar os determinantes da escolha desse indivíduo em se aposentar ou não, bem como permanecer ou se retirar do mercado de trabalho. Com base nas informações da PNAD do IBGE do ano de 2006, foi utilizado o modelo *logit* multinomial. Os resultados sugerem que as variáveis "sexo e região de residência (rural e urbana)" foram as mais relevantes na definição do comportamento do idoso, seguidas pelas variáveis relacionadas à condição do idoso na família, como chefe e cônjuge. As demais variáveis – região metropolitana ou não metropolitana, região geográfica, educação, idade, cor e rendimento domiciliar *per capita* – foram importantes, mas não tanto quanto as primeiras. Verificou-se que há maior probabilidade de os idosos do sexo masculino, especialmente no meio rural, participarem do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Aposentadoria. Idoso. Mercado de trabalho.

* Professor da Unochapecó. Mestre em Teoria Econômica pela UEM. E-mail: fredsantos1607@gmail.com

** Professora e pesquisadora da UEM. Doutora em Economia pela Esalq. E-mail: mscunha@uem.br

Recebido em: 20/01/2011. Aceito em: 07/11/2011

Teoria e Evidência Econômica - Ano 17, n. 36, p. 98-125, jan./jun. 2011

Introdução

Nos últimos anos, a discussão em torno de uma reforma da previdência tem se tornado um dos principais temas das políticas públicas, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil. O sistema previdenciário é influenciado por mudanças no mercado de trabalho e pela estrutura demográfica da população, que, no caso do Brasil, vem passando por importantes transformações. O topo da pirâmide tem aumentado mais do que a base, pois há diminuição da natalidade e da mortalidade. Assim, há a tendência de aumentar o número de aposentados e de diminuir o percentual de pessoas que estão iniciando no mercado de trabalho, em comparação com as que estão se aposentando. Conforme Camarano et al. (1999), a redução da fecundidade, o aumento da longevidade e a crescente urbanização têm contribuído para um aumento mais acelerado da população de pessoas idosas em relação aos demais grupos.

Segundo as projeções apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na primeira reunião do Fórum Nacional da Previdência Social, realizada em março de 2007, a população de sessenta anos ou mais, que em 2007 era de 17 milhões de pessoas, será de 64 milhões em 2050, e aquela com oitenta anos ou mais passará dos 2,3 milhões para 13,7 milhões, respectivamente. Essas projeções ressaltam que até o ano de 2050 para cada pessoa com mais de 65 anos haverá uma nova pessoa na idade produtiva, que se inicia aos 15 anos, com condições de contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Atualmente, essa relação é de dez pessoas para cada idoso (IBGE, 2007).

Além desses dados, conforme Giambiagi et al. (2004), verifica-se que o país tem um crescente déficit previdenciário, mas isso não significa que o valor real dos benefícios da aposentadoria seja satisfatório para que o idoso tenha uma vida digna. Dessa forma, muitos idosos ao se aposentarem ainda permanecem no mercado de trabalho.

O aumento da proporção de pessoas idosas na população brasileira e, consequentemente, na população em idade ativa (PIA) e na população economicamente ativa (PEA) vem ganhando cada vez mais importância. Assim, neste trabalho busca-se, especificamente, responder à seguinte questão: quais variáveis afetam a decisão da pessoa idosa, aposentada ou não, em permanecer ou retirar-se do mercado de trabalho?

Este trabalho, portanto, busca descrever e quantificar as variáveis responsáveis pela escolha da pessoa idosa entre aposentar-se ou não, bem como permanecer no mercado de trabalho ou retirar-se dele. Para responder à questão, são utilizadas

as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE para o ano de 2006.

Este artigo está organizado em quatro seções, além da introdução. Na próxima seção é realizada uma breve discussão teórica sobre a oferta de trabalho, com base em alguns trabalhos empíricos sobre o tema. A seção seguinte traz a metodologia do trabalho e uma análise descritiva das variáveis utilizadas. Posteriormente, os resultados do trabalho são apresentados e discutidos na quarta seção. Por fim, na última seção, estão as considerações finais.

Aspectos teóricos e empíricos

A participação no mercado de trabalho está intimamente ligada à oferta de trabalho e esta pode ser explicada pela teoria neoclássica. Conforme Ehrenberg e Smith (1994), a decisão de oferta de trabalho é tomada num contexto de maximização de utilidade dos indivíduos, em que os argumentos da função utilidade são quantidade de bens (G) e horas de lazer (L). Assim, deve-se considerar que o indivíduo possui um *trade-off* entre lazer e emprego. Ao optar pela ocupação, ele estará ofertando a sua força de trabalho no mercado de trabalho.¹

A decisão de participar da força de trabalho é influenciada por vários fatores, dos quais se podem destacar os socioeconômicos, culturais e demográficos, como a renda familiar, o número de filhos, a presença de idosos na família, a posição da pessoa idosa na estrutura familiar, a localização geográfica, o nível educacional, a idade, o sexo, dentre outros que afetam o salário reserva do indivíduo e, por consequência, sua utilidade. Por exemplo, pessoas idosas que possuem alto nível de escolaridade tendem a ter um salário de reserva maior do que idosos com baixa escolaridade.² Em outras palavras, a taxa salarial para idosos com elevada escolaridade teria de ser maior para compensá-los a continuar no mercado de trabalho após se aposentarem.

Mete e Schultz (2002), citados em Pérez et al. (2006), argumentam que, para estudar a oferta de trabalho dos idosos nos países desenvolvidos, é necessário estabelecer a relação de sua demanda com lazer e renda. Entretanto, nos países não desenvolvidos, a decisão de se retirar do mercado de trabalho está relacionada com a renda e o salário de aposentadoria, que são baixos. Logo, a decisão de se retirar do mercado de trabalho se deve a fatores que podem ser destacados, como a riqueza, a oferta de salários, os benefícios da previdência social e outros rendimentos não provenientes do trabalho.³

Vale destacar que alguns desses fatores citados podem atuar de forma contrária em indivíduos de sexos diferentes, ou seja, de acordo com Pereira et al. (2007), a presença de pessoas idosas na família tenderia a diminuir a utilidade reserva do homem, aumentando a probabilidade de participação na força de trabalho. Porém, essas mesmas variáveis atuariam de forma contrária no caso de indivíduos de sexo feminino.

Para Camarano (2001), o aumento do número de idosos na população economicamente ativa, pelo lado da oferta, deveu-se ao aumento da longevidade e a melhores condições de saúde, que permitiram que uma pessoa, ao atingir os sessenta anos, possa, de forma aceitável, exercer uma atividade econômica. Pelo lado da demanda, pode significar menores custos para o empregador ao contratar um trabalhador idoso em relação ao não idoso, como o fato de que os maiores de 65 anos são isentos de pagamento de transporte público e de que o idoso tem probabilidade maior de aceitar um emprego com menos garantias trabalhistas, como é o caso da contribuição para a seguridade social.

Wajnman e Menezes Filho (2003) analisam os efeitos da mudança demográfica sobre a desigualdade de rendimentos no Brasil e estudam a relação entre o envelhecimento populacional, educação e a desigualdade de renda no país. Com isso, os autores têm por finalidade verificar o efeito das mudanças que surgirão com o envelhecimento das atuais coortes jovens e escolarizadas na população economicamente ativa e na desigualdade. Por outro lado, Menezes et al. (2001) observaram, para os microdados da PNAD entre 1985 e 2003, que a dinâmica da desigualdade regional da renda ocorre de forma diferenciada considerando as gerações, com a diminuição das desigualdades de renda para as gerações mais idosas e aumento para as mais jovens.

Com base nas informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), para o biênio 2002-2003, Almeida e Freitas (2006) estudam o perfil socioeconômico das famílias e de suas condições de vida, além da probabilidade de dispêndio com determinados agregados de consumo por famílias que possuem idosos como chefes de família e as que não possuem idosos em sua família. Segundo essa pesquisa, as famílias que possuem idosos, sejam chefes de família ou não, possuem renda *per capita* de aproximadamente R\$ 548,94, contra R\$ 484,77 das famílias sem idosos.

Camarano e El Ghaouri (1999) analisam a situação de renda dos idosos, comparando as PNADs de 1981 e 1988, e constataam a universalização da seguridade social, bem como uma legislação específica dispensada ao idoso criada pela Constituição de 1988, na qual pode ser citado o benefício ao idoso com mais setenta anos de um salário-mínimo mensal.

Os estudos de Ellery Júnior e Bugarin (2001), Camarano e Pasinato (2002) e Infante e Ferreira (2003) mostram os impactos e as distorções da política de previdência social sobre o bem-estar da sociedade brasileira. Já com relação às aposentadorias rurais, merecem destaque os trabalhos de Delgado e Cardoso Júnior (1999) e Kreter (2004), para quem os programas de aposentadoria e pensões para trabalhadores provenientes da zona rural são responsáveis pela manutenção da economia familiar rural. No entanto, não houve equidade em sua distribuição, ou seja, houve distorções como favorecimento de homens em relação às mulheres.

Gasparini et al. (2007) estudaram a pobreza, relacionada à renda, entre os idosos de vinte países da América Latina e Caribe (LAC).⁴ Os resultados desse trabalho sugerem que, em países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, a taxa de pobreza tem decrescido para todas as idades, ao contrário dos demais países da América Latina e Caribe, cuja taxa tem diminuído na faixa etária dos quarenta anos ou se tornado constante (Paraguai, El Salvador e Nicarágua). Já, na Bolívia, Equador, Venezuela, Colômbia e México, essa taxa tem aumentado, sobretudo nos dois últimos países. Tais afirmações são corroboradas pelo fato de que países que possuem um sistema de pensão razoavelmente bem desenvolvido tendem a diminuir o nível de pobreza entre os idosos em relação ao restante da população.

Neri (2007), numa pesquisa sobre o perfil sociodemográfico dos idosos brasileiros, em abril de 2006, em 204 municípios (pequenos, médios e grandes), distribuídos nas cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), verificou que a população idosa é mais urbana, mais feminina, menos escolarizada (metade é atingida pelo analfabetismo funcional) e se declara ser mais da cor branca. Outra informação constatada pela pesquisa é de que 92% da população idosa entrevistada têm alguma fonte própria de renda, que corresponde, em muitos casos, à aposentadoria, sendo predominante entre os homens idosos, por tempo de serviço (39%). Os resultados mostraram também que 88% da população idosa contribuem para a renda familiar.

Outro trabalho recente, de Tafner (2007), apresenta resultados de um estudo comparativo entre as regras de acesso e de fixação de valor de benefícios do sistema de previdência brasileiro e de vinte países; dos quais dez são da Europa, quatro da Ásia e seis das Américas.⁵ Nesse estudo constata-se que todos os países definem a idade mínima e a maioria não diferencia a condição de acesso por sexo nem por categoria econômica, dado que quanto mais rico é o país, mais restrito é o acesso ao benefício. Já o Brasil é o país que possui as regras menos restritivas para a concessão de aposentadorias, sobretudo programadas. Há de se destacar que, para ter direito ao benefício de pensão por morte, no Brasil, não é necessário ter uma

idade mínima de acesso do cônjuge, não há carência contributiva e não se exige período mínimo de casamento ou coabitação. São também permitidos os acúmulos de benefícios com renda de trabalho, além de oferecer 100% do valor do segurado (aposentadoria e renda do trabalho), bem como não prevê a extinção do benefício, exceto com a morte do cônjuge.

O autor também analisa a distribuição de pobreza entre os grupos etários. No Brasil, onde o sistema é de repartição, transfere-se renda líquida para os grupos mais velhos da sociedade, com efeitos negativos sobre a transferência de renda para os mais jovens. Além disso, considerando os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2004, Tafner (2007) estimou que, a partir dos sessenta anos, o índice de pobreza é inferior a 20%, ao passo que para os jovens de 18 a 40 anos a incidência de pobreza é de 30%, e entre as crianças de até 13 anos, mais de 50% são pobres.

Metodologia

Fonte de dados

Neste trabalho foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, do ano de 2006, que fornece informações relevantes para se analisar o mercado de trabalho.

No Brasil, são consideradas idosas as pessoas com mais de sessenta anos, de acordo com a lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994: “art. 2º - Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de sessenta anos de idade”, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso. Em termos de benefícios e direitos, essa definição é complexa e relativa e pode haver variações, como se pode observar na lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991: “art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou 60 (sessenta), se mulher, reduzidos esses limites para 60 e 55 anos de idade para os trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres”, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (1985), há uma distinção do conceito referente ao idoso dos países desenvolvidos, nos quais a pessoa é considerada idosa com 65 anos ou mais, em relação aos em desenvolvimento, nos quais a “terceira idade” começa aos sessenta anos. É a partir dessa idade que se define a pessoa como idosa, para a Organização Mundial da Saúde (1963).

Em razão da complexidade em se definir qual a idade mais exata para caracterizar o início da “terceira idade”, isto é, quando a pessoa passa a ser considerada idosa, adotou-se para o presente trabalho a idade a partir dos sessenta anos, que tem ampla prevalência na lei, principalmente na Constituição federal, na Política Nacional de Idosos e no seu estatuto. Com isso, a amostra da PNAD, utilizada neste trabalho, é composta de 38.419 observações.

Modelo

Para se verificar os determinantes da escolha do indivíduo idoso em se aposentar ou não, bem como permanecer ou retirar-se do mercado de trabalho, são utilizados modelos que empregam variáveis binárias ou policotômicas, que assumem dois ou mais valores.

O modelo logit para múltiplas escolhas é uma generalização dos modelos binários. Esse tipo de escolha pode ser classificado em ordenado ou não ordenado. O logit multinomial é representado por uma variável dependente nominal (não ordenada) com mais de duas categorias.

O modelo logit multinomial é utilizado por ser o mais adequado para explicar o fato de um idoso escolher entre uma classe de atividades econômicas, isto é, verificar o grau de significância de determinados fatores que influenciam a decisão das pessoas idosas a retornar ou permanecer no mercado de trabalho. O modelo foi estimado utilizando-se como fatores de ponderação os pesos para cada indivíduo, disponibilizados pelo IBGE na PNAD.

Logo, calculou-se o impacto de cada variável na probabilidade de a pessoa idosa estar em quatro categorias e, conforme Greene (2003), tem-se:

$$\text{Prob}(Y_i = j) = \frac{e^{\beta_j' x_i}}{\sum_{k=1}^4 e^{\beta_k' x_i}}, \quad j = 1, 2, \dots, 4.$$

Em que, na categoria 1, com $Y_i = 1$, está o idoso que não trabalha e não é aposentado; na categoria 2, com $Y_i = 2$, encontra-se o idoso que trabalha e não é aposentado; faz parte da categoria 3, $Y_i = 3$, o idoso que não trabalha e é aposentado e, por fim, da categoria 4, $Y_i = 4$, o idoso que possui renda proveniente da aposentadoria, mas também trabalha. Neste trabalho, optou-se por deixar como categoria base o aposentado que não trabalha, em que $Y_i = 3$.

Foram utilizadas como variáveis explicativas (x_i) a educação, a idade, a cor, o sexo, o rendimento domiciliar *per capita*, a condição na família (chefe ou não), a condição cônjuge ou não, a localidade da residência em região metropolitana ou não, em região urbana ou rural e a região geográfica.

Os efeitos marginais ou elasticidades (variação percentual da probabilidade do evento ocorrer quando uma variável independente é alterada) das características do indivíduo idoso sobre a probabilidade, para o modelo logit multinomial, são obtidos por meio da expressão:

$$\delta = \frac{\partial P_j}{\partial x_i} = P_j \left[\beta_j - \sum_{k=1}^J P_k \beta_k \right] = P_j [\beta_j - \bar{\beta}]$$

Observa-se que o efeito marginal é obtido em razão do valor médio do coeficiente estimado em todas as categorias. Dessa forma, quando a variável é quantitativa, o efeito marginal mede quanto pode mudar a probabilidade em função de uma mudança percentual em determinada característica. No caso da variável explicativa ser qualitativa, o efeito marginal capta a mudança na probabilidade de o indivíduo possuir determinada característica.

Assim, o cálculo dos efeitos marginais foi utilizado para captar o quanto a variação implica a escolha entre o idoso ser aposentado ou não e estar ou não no mercado de trabalho, isto é, quanto esta variação pode modificar a probabilidade de uma pessoa idosa aposentar-se ou não, bem como estar ou não trabalhando.

Ainda, segundo Greene (2003), uma propriedade do modelo logit multinomial é de que a probabilidade relativa, das alternativas j e m , P_{ij}/P_{im} , é independente das demais probabilidades, que é conhecida como independência das alternativas irrelevantes (IIA). Para verificar se essa suposição está sendo atendida, neste trabalho utiliza-se o teste de Hausman. Inicialmente, nesse teste estima-se o modelo completo; posteriormente, são omitidas alternativas em um modelo restrito, se a relação entre as alternativas é independente, as estimativas são consistentes.

Por fim, destaca-se que o modelo é estimado, inicialmente, para todos os indivíduos e, posteriormente, para cada sexo, uma vez que este determinante mostrou-se relevante para a condição do idoso no mercado de trabalho.

Análise descritiva das variáveis

A descrição de cada variável utilizada no trabalho, bem como a participação percentual no total da população idosa estimada e para cada sexo, encontra-se na Tabela 1.⁶ Quanto ao nível educacional, observa-se que a maior proporção dos idosos, 33,98%, pertence ao nível 1. Nos níveis 2, 3, 4 e 5 estão 20,85, 26,2, 6,15 e 8,12% da população idosa brasileira, respectivamente, ao passo que somente 4,69% dos idosos se encontram no nível 6, no qual há maior participação relativa dos homens em comparação às mulheres. Nos níveis de escolaridade 2 e 3 também é maior a participação percentual masculina em relação ao sexo feminino, ao passo que nos níveis 1, 4 e 5 se sobressaem as mulheres em relação aos homens.⁷

Com relação à idade dos idosos, são consideradas cinco faixas etárias, conforme a Tabela 1. A primeira compreende indivíduos de 60 a 64 anos, 30,57% da população idosa; a segunda compreende a idade de 65 a 69 anos, 24,70%; a terceira, representa pessoas de 70 a 74 anos, 18,70% dos idosos brasileiros. Por fim, a quarta faixa vai dos 75 aos 79 anos e a quinta compreende os idosos com oitenta anos ou mais, 12,85% e 13,19%, respectivamente, da população idosa do país. Dos 60 aos 69 anos é maior a proporção sexo masculino, ao passo que dos setenta anos em diante é maior a porcentagem de mulheres.

Quanto à cor, pode-se perceber que 42,18% dos indivíduos idosos pertencem à categoria “não branco” (negro, pardo e indígena), 57,82% pertencem à categoria “branco” (branco e amarelo). Na categoria “brancos”, os homens são maioria (56,49%) em relação às mulheres (41,14%); no grupo “não brancos”, as mulheres (58,86%) são, relativamente, preponderantes em relação ao sexo masculino (43,51%). No que concerne ao sexo do idoso brasileiro, verifica-se que os homens representam 44,04% do total de idosos, contra 55,96% de mulheres.

Tabela 1 - Descrição e porcentagem das variáveis

Variáveis		Descrição das variáveis	Total	Homens	Mulheres
Educação	Nível 1	Compreende analfabetos ou com menos de um ano de escolaridade.	33,98	32,51	35,15
	Nível 2	Se possui educação elementar, isto é, com um, dois ou três anos de estudos.	20,85	21,12	20,63
	Nível 3	Se possui educação elementar complementar ou primário incompleto, entre quatro e sete anos de estudos.	26,20	26,61	25,89
	Nível 4	Se primário completo ou secundário incompleto, isto é, entre oito e dez anos de estudos.	6,15	5,99	6,27
	Nível 5	Se secundário completo ou superior incompleto, isto é, entre 11 e 14 anos de estudos.	8,12	7,98	8,22
	Nível 6	Se curso superior ou mais, ou seja, com 15 anos ou mais de estudos.	4,69	5,78	3,84
Idade	60-64	Se a pessoa idosa possui idade entre 60 e 64 anos de idade.	30,57	31,76	29,64
	65-69	Se a pessoa idosa possui idade entre 65 e 69 anos de idade.	24,70	25,51	24,07
	70-74	Se a pessoa idosa possui idade entre 70 e 74 anos de idade.	18,70	18,66	18,73
	75-79	Se a pessoa idosa possui idade entre 75 e 79 anos de idade.	12,85	12,47	13,14
	80	Se a pessoa idosa possui idade de 80 anos ou mais.	13,19	11,61	14,43
Cor	branco	Se a pessoa idosa é da raça branca ou amarela.	57,82	56,49	41,14
	não-branco	Se a pessoa idosa é da raça negra ou parda ou indígena.	42,18	43,51	58,86
Sexo	Feminino	Se a pessoa idosa é mulher.	55,96	—	—
	Masculino	Se a pessoa idosa é homem.	44,04	—	—
Rendimento	100	Se a pessoa idosa reside em domicílio com rendimento até R\$100,00.	3,09	3,74	2,57
	101-500	Se a pessoa idosa reside em domicílio com rendimento entre R\$101,00 e R\$500,00.	59,28	59,76	58,90
	501-1000	Se a pessoa idosa reside em domicílio com rendimento entre R\$501,00 e R\$1.000,00.	22,41	21,82	22,87
	1001-3500	Se a pessoa idosa reside em domicílio com rendimento entre R\$1.001,00 e R\$3.500,00.	12,87	12,09	13,49
	3501	Se a pessoa idosa reside em domicílio com rendimento igual ou maior a R\$3.501,00.	2,35	2,58	2,17
Chefe de família	Sim	Se a pessoa idosa é o principal responsável pela família.	64,97	88,28	46,62
	Não	Se a pessoa idosa não é o principal responsável pela família.	35,03	11,72	53,38
Cônjuge	Sim	Se a pessoa idosa está unida pelo casamento ao chefe da família.	23,31	5,51	37,32
	Não	Se a pessoa idosa não está unida pelo casamento ao chefe da família.	76,69	94,49	62,68
Região metropolitana	Sim	Se a pessoa idosa reside nas regiões metropolitanas.	30,95	28,00	33,27
	Não	Se a pessoa idosa reside fora das regiões metropolitanas.	69,05	72,00	66,73
Região urbana	Sim	Se a pessoa idosa reside na área urbana.	82,80	79,57	85,34
	Não	Se a pessoa idosa reside na área rural.	17,20	20,43	14,66
Região geográfica	Nordeste	Se a pessoa idosa reside na região Nordeste.	26,37	26,73	26,10
	Norte	Se a pessoa idosa reside na região Norte.	4,58	5,03	4,23
	Sudeste	Se a pessoa idosa reside na região Sudeste.	46,67	45,31	47,74
	Sul	Se a pessoa idosa reside na região Sul.	15,97	15,99	15,96
	Centro-Oeste	Se a pessoa idosa reside na região Centro-Oeste.	6,40	6,94	5,97

Fonte: Dados elaborados com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006.

Observa-se que 3,09% dos idosos vivem em domicílios com rendimento *per capita* de até R\$ 100,00.⁸ Na faixa de R\$ 101,00 até R\$ 500,00, que é mais expressiva, estão 59,28% dos idosos. Nas demais faixas, com rendimento *per capita* de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00, de R\$ 1.001,00 até R\$ 3.500,00 e acima R\$ 3.500,00, encontram-se, respectivamente, 22,41, 12,87 e 2,35% dos idosos. A proporção de idosos do sexo masculino é maior na primeira, na segunda e na última faixa do rendimento

per capita, por sua vez, a proporção do sexo feminino se sobressai nas duas faixas intermediárias restantes.⁹

Enquanto 88,28% da população idosa masculina são chefes de família, apenas 46,62% da feminina encontram-se nesta condição.¹⁰ De acordo com o IBGE (2007), o número de mulheres indicadas como a pessoa de referência da família aumentou consideravelmente entre 1996 e 2006, passando de 10,3 milhões para 18,5 milhões, isto é, em termos relativos, houve uma variação de 79%, ao passo que nesse período o número de homens “chefes” de família aumentou 25%. Esse aumento da mulher como chefe de família está relacionado com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, com a maior contribuição para o rendimento da família.

A população idosa que se declarou cônjuge corresponde a 23,31% do total. Na análise por sexo, verifica-se que, entre os homens, apenas 5,51% são cônjuges e, entre as mulheres, o percentual é de 37,32%.

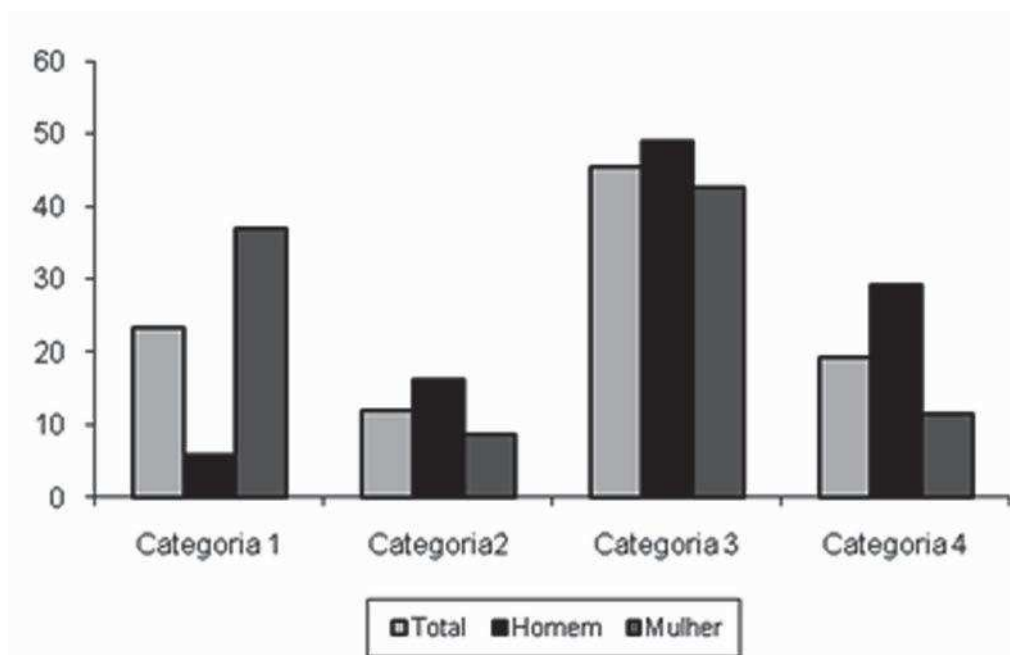
Considerando a segmentação por região metropolitana e não metropolitana, observa-se que 30,95% da população de idosos brasileiros moram nas regiões metropolitanas e 69,05%, nas regiões não metropolitanas. A população idosa masculina que reside nas áreas metropolitanas é de 28% e a feminina é de 33,27%.

Seguindo a tendência de urbanização no país, 82,80% dos domicílios dos idosos estão em áreas urbanas e apenas 17,20% estão em área rural. Entre os homens idosos, 79,57%, moram na área urbana, ao passo que 20,43% vivem em áreas rurais. Já entre as mulheres idosas, estes valores são, respectivamente, 85,34 e 14,66%. Camarano (1999) constata que, em 1996, havia maior concentração da população idosa, sobretudo do sexo feminino, no meio urbano em relação ao rural. Segundo a autora, embora a mortalidade rural em relação à urbana não seja muito acentuada, o seu nível no meio rural não pode ser descartado como um dos fatores responsáveis pelo maior contingente de idosos nas cidades.

Quando se analisa a distribuição dos idosos em relação às regiões geográficas brasileiras, verifica-se que a região Nordeste apresenta a segunda maior proporção de idosos (26,37%). A região Norte tem a menor proporção (4,58%) e a região Sudeste, com 46,67%, possui a maior população brasileira de idosos. Por último, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam, respectivamente, 15,97 e 6,40% dos idosos do país. Pode-se também constatar que em todas as regiões geográficas a porcentagem da população idosa masculina é superior à feminina, excetuando o Sudeste, cuja população idosa apresenta a maior porcentagem de mulheres (47,74%) em comparação com os idosos do sexo masculino (45,31%).

Camarano et al. (1999) comparam a distribuição da população total e idosa brasileira nas cinco regiões do país nos anos de 1940, 1970 e 1996 e ressaltam que no ano de 1940 a região Nordeste possuía uma proporção maior de idosos. Já no ano de 1970, a região Sudeste passa a apresentar essa maior proporção de idosos. Segundo os autores, isso se deve não só a fatores migratórios, mas também ao fato de a taxa de mortalidade das regiões ser bem diferenciada.

No presente estudo, a população idosa foi subdividida em quatro categorias: os que não trabalham e não são aposentados (categoria 1); os que trabalham e não são aposentados (categoria 2); somente aposentados (categoria 3); os que trabalham e são aposentados (categoria 4), conforme a Figura 1, com a composição percentual dos idosos nessas categorias.



Fonte: Elaborado a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006.

Figura 1 - Composição percentual do grupo da população idosa brasileira, Brasil, 2006

Observa-se que a categoria 3 é a que apresenta maior porcentagem (45,38%) da população com sessenta anos ou mais, ou seja, são as pessoas idosas que vivem dos rendimentos da aposentadoria; quedistas, 42,64% das mulheres e 48,86% dos homens idosos estão nesse grupo. A categoria 2 possui a menor proporção da

população idosa (12,04%), isto é, são os idosos que trabalham, porém ainda não se aposentaram. Observa-se que entre o sexo masculino esse grupo possui 16,15% dos idosos e 8,80% entre o sexo feminino. Já a categoria 1 representa 23,27% da população idosa brasileira, ou seja, são os idosos que vivem de outra fonte de renda que não seja proveniente do seu trabalho ou da aposentadoria. Nesse grupo há 5,90% do total de homens contra 36,94% de mulheres. Por fim, a categoria 4 representa 19,32% dos idosos brasileiros. Nessa categoria estão pessoas com sessenta anos ou mais, embora recebam aposentadoria, ainda permanecem no mercado de trabalho; é composta pela segunda maior porcentagem (29,09%) de homens e 11,62% do total de mulheres.

Na interpretação de Santos (2001), o sexo é o principal determinante da participação do idoso no mercado de trabalho. Conforme o autor, o predomínio de homens idosos na força de trabalho em relação às idosas pode estar relacionado à oferta de trabalho do indivíduo em períodos passados, visto que eles ingressaram no mercado de trabalho há mais de trinta anos, quando a proporção de mulheres que trabalhava era muito baixa. Assim, as mulheres idosas têm chances menores de trabalhar hoje, porque no passado suas chances eram pequenas.

O impacto dos determinantes da condição do idoso em relação ao trabalho e à aposentadoria

Neste trabalho, o modelo logit multinomial considera a relação entre a categoria analisada e a categoria 3 (não trabalha e é aposentado), que é a categoria base.¹¹ No entanto, os efeitos marginais são obtidos para as quatro categorias da variável dependente, uma vez que são calculados em relação ao valor médio dos coeficientes estimados para cada variável, conforme a Tabela 2 e a Figura 2.

Percebe-se, que os níveis educacionais para a categoria 1 têm efeito marginal negativo, ou seja, o aumento dos anos de estudo diminui as chances de a pessoa permanecer sem trabalho e não ser aposentada. Para a categoria 2, os resultados sugerem que o aumento dos anos de estudo eleva a probabilidade de trabalhar e não ser aposentado, sobretudo nos níveis mais baixos de escolaridade. A categoria 3 apresenta, em todos os níveis educacionais, efeito marginal positivo, que indica que o aumento dos anos de estudo aumenta a probabilidade de a pessoa idosa ser somente aposentada. Por último, na categoria 4, para todos os níveis de educação o aumento de um ano de estudo elevaria as chances de o idoso ser trabalhador, mesmo aposentado. Com isso, os resultados sugerem que, quando o indivíduo idoso possui

nível de escolaridade baixa, aumentam as chances de ele estar no mercado de trabalho, aposentado ou não. Além disso, níveis altos de escolaridade estão associados à condição de o idoso ser aposentado, participando ou não do mercado de trabalho.

De acordo com Patrocínio (2008), as pessoas idosas (trabalhadores com mais de 65 anos ou trabalhadoras com mais de sessenta anos) muitas vezes não possuem direito à aposentadoria, permanecendo no mercado de trabalho, especialmente, os que possuem pouca escolaridade, como os que trabalham no campo ou em empregos informais. Isso se deve ao fato de que, geralmente, esses trabalhadores não têm como comprovar o tempo de trabalho e não contribuíram com o mínimo necessário para o INSS.

No caso da variável idade, como pode ser verificado na Tabela 2 e na Figura 2b, os efeitos marginais são positivos para as categorias 1 e 3 e, negativo para as demais. Os resultados sugerem que, conforme o esperado, com o aumento dos anos de vida são maiores as chances de a pessoa idosa estar fora do mercado de trabalho, pois, com o envelhecimento, a capacidade física do idoso diminui gradativamente. Esse resultado está de acordo com os trabalhos de Berkovec e Stern (1991), Camarano (2001), Afonso e Schor (2001), que constataram que os anos de vida contribuem negativamente para explicar as chances de o indivíduo trabalhar.

Para a variável cor, os efeitos marginais, na Tabela 2 e na Figura 2c, para as categorias 1 e 3, possuem valor positivo, ao passo que para as categorias 2 e 4 o valor é negativo. Esses resultados indicam que são maiores as chances de a pessoa idosa da cor “branca” viver da aposentadoria ou de outros rendimentos não provenientes desta, ou seja, fora do mercado de trabalho.

Conforme Afonso e Schor (2001), os indivíduos não brancos têm maiores chances de trabalhar pelo seu histórico passado na força de trabalho. Isto se deve, em parte, à menor escolaridade (sendo assim menos qualificados); portanto, são maiores as chances de terem passado mais tempo de sua vida ativa no setor informal. Dada essa condição, são menores as chances de obterem uma aposentadoria por tempo de trabalho e teriam de trabalhar até adquirirem aposentadoria por idade. Deve-se ressaltar também que outra possibilidade, não excludente, para que esses indivíduos continuem a trabalhar é o valor baixo da aposentadoria; assim, desejam aumentar sua renda mantendo-se no mercado de trabalho.

Dessa forma, esta análise sugere que o indivíduo da cor “não branca” tem probabilidade maior de, ao envelhecer, ter rendimentos insatisfatórios, por apresentar menores condições de educação, mobilidade social e, consequentemente, com menores salários, tendem a permanecer mais tempo na força de trabalho, mesmo sendo aposentado.

Tabela 2 - Efeitos marginais da regressão do logit multinomial, Brasil, 2006

Variáveis	Categoria 1 - não trabalha e não é aposentado	Categoria 2 - trabalha e não é aposentado	Categoria 3 - não trabalha e é aposentado	Categoria 4 - trabalha e é aposentado
Educação				
Nível 2	-0,0170 (-5,95)	0,0053 (2,80)	0,0082 (2,14)	0,0035 (1,19)
Nível 3	-0,0117 (-6,36)	0,0042 (3,42)	0,0033 (1,30)	0,0042 (2,17)
Nível 4	-0,0118 (-5,28)	0,0049 (3,57)	0,0060 (1,94)	0,0008 (0,32)
Nível 5	-0,0269 (-14,54)	0,0016 (1,51)	0,0243 (10,51)	0,0010 (0,55)
Nível 6	-0,0485 (-17,10)	0,0039 (3,35)	0,0335 (11,57)	0,0111 (5,82)
Idade	0,0008 (2,83)	-0,0138 (-61,50)	0,0194 (50,56)	-0,0064 (-20,74)
Cor branca	0,1674 (3,73)	-0,0196 (-6,67)	0,0191 (3,15)	-0,0162 (-3,43)
Sexo masculino	-0,3021 (-69,04)	0,0421 (14,32)	0,0958 (15,36)	0,1642 (33,16)
Rendimento	-9,18E-06 (-3,03)	9,01E-07 (0,56)	0,0000 (-6,62)	0,0000 (14,12)
Chefe de família	-0,7784 (-11,86)	0,0205 (4,19)	-0,0796 (-8,59)	0,1370 (17,24)
Cônjuge	-0,5912 (-9,82)	-0,0089 (-1,62)	-0,0972 (-7,85)	0,1653 (11,70)
Reg. metropolitana	0,0638 (12,69)	-0,0006 (-0,22)	0,0019 (0,30)	-0,0651 (-13,82)
Região urbana	0,1541 (38,64)	-0,0084 (-2,28)	0,1746 (21,94)	-0,3202 (-41,68)
Região geográfica				
Nordeste	-0,0900 (-10,72)	-0,0366 (-7,94)	0,0425 (2,95)	0,0842 (6,47)
Sudeste	-0,0155 (-4,66)	-0,0119 (-6,44)	0,0114 (2,48)	0,0160 (4,31)
Sul	-0,0258 (-9,32)	-0,0119 (-6,97)	0,0041 (1,08)	0,0328 (11,25)
Centro-Oeste	0,0014 (0,57)	0,0008 (0,63)	-0,0036 (-1,06)	0,0014 (0,51)

Fonte: Elaboração a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006.

Nota: Os testes Z estão entre parênteses abaixo dos efeitos marginais. Os valores dos coeficientes em *itálico* não foram estatisticamente significativos a 5%.

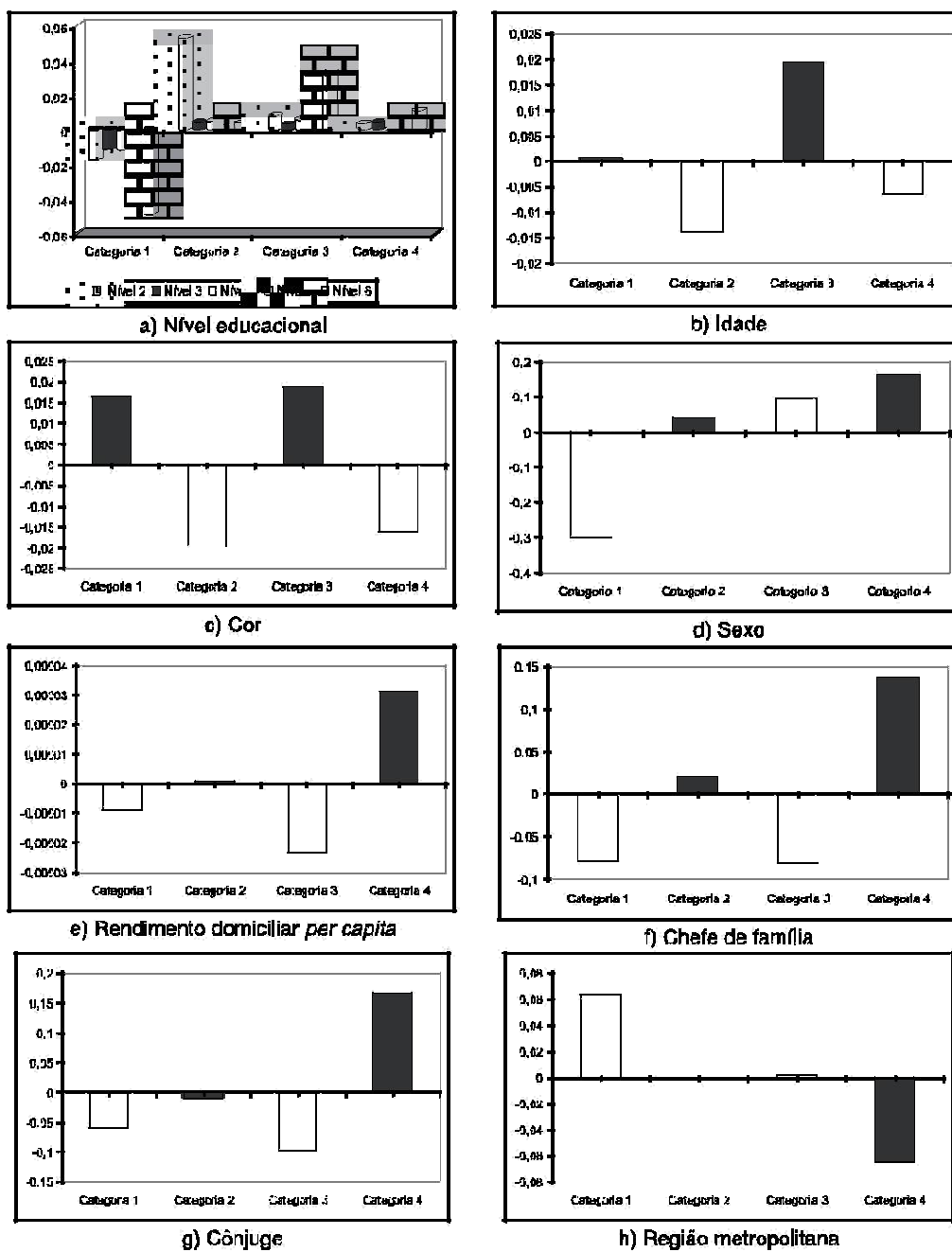
Os resultados, conforme o esperado, mostram que é mais provável que o idoso do sexo masculino, em relação ao feminino, esteja empregado, aposentado ou não, bem como ser somente aposentado. Conforme é explicitado na Tabela 2 e na Figura 1d, os efeitos marginais para o sexo masculino são positivos para as categorias 2, 3 e 4, mas para a categoria 1 é negativo. Isso sugere que o homem idoso tende a permanecer mais tempo no mercado de trabalho ou viver só dos rendimentos da aposentadoria, quando estes são satisfatórios, em relação à mulher.

Quando se analisa o rendimento domiciliar *per capita*, pode-se observar que, quando estes aumentam, são maiores as chances de a pessoa idosa receber algum rendimento do trabalho ou da aposentadoria, uma vez que os efeitos marginais são positivos para as categorias 2 e 4. Desse modo, esta análise sugere que os rendimentos do idoso são importantes para a composição da renda do domicílio onde reside, deixando de ser considerado o assistido para ser o assistente.¹² Esses resultados podem ser visualizados na Figura 2e.

Ao observar na Tabela 2 e a Figura 2f, constata-se que, quando o idoso é chefe de família, são maiores as suas chances de estar no mercado de trabalho, sendo aposentado ou não. Desse modo, de acordo com o previsto, se o indivíduo idoso for chefe de família, aumentam as chances de ele permanecer no mercado de trabalho, mesmo estando aposentado. Uma das explicações pode ser o fato de que a renda do chefe de família não é só para sua sobrevivência, mas há outros dependentes dela.

O fato de o indivíduo idoso ser cônjuge aumentam as chances de ele estar no mercado de trabalho, conforme consta na Tabela 2 e a Figura 2g, nas quais somente a categoria 4 apresenta efeito marginal positivo. Esses resultados sugerem que a pessoa idosa, que é o cônjuge, tem maiores chances de estar empregada, mesmo aposentada. Isso pode ser explicado pelo aumento das despesas de um casal em relação a um indivíduo solteiro.

De acordo com Ehrenberg e Smith (2005), uma das abordagens utilizadas para a tomada de decisão familiar pressupõe que os parceiros do casamento (cônjuge) têm uma série coletiva de preferências, logo, comportam-se como uma unidade. A outra abordagem pressupõe que cada parceiro tem uma série separada de preferências e que cada um procura maximizar sua utilidade individual sujeita à restrição orçamentária da família. Há de se destacar que essa abordagem inclui a suposição de que os parceiros no casamento negociam entre si no processo de tomada de decisão e que um pode ter mais poder do que o outro sobre o efeito final.



Fonte: Elaboração a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios de 2006.

Figura 2 - Efeitos marginais do modelo logit multinomial, Brasil, 2006

Ao se comparar a pessoa idosa residente nas regiões metropolitanas com o idoso das regiões não metropolitanas, conforme os efeitos marginais, na Tabela 2 e na Figura 2h, pode-se observar que apenas as categorias 1 e 3 apresentam valores positivos. Isso sinaliza que há aumento das chances de a pessoa idosa, moradora da região metropolitana, estar fora do mercado de trabalho, isto é, viver de outros rendimentos. Esse resultado pode ter como uma das causas a maior oferta de trabalho destinada aos jovens na região metropolitana, bem como o maior aumento do desemprego nessas regiões do que nas áreas não metropolitanas.¹³

Com relação à região de residência, urbana ou rural, os efeitos marginais estimados sugerem que, quando o idoso reside em áreas urbanas, são maiores as chances de ele mesmo estar fora do mercado de trabalho; por outro lado, quando residem em áreas rurais, são maiores as chances de estar trabalhando, como pode ser visualizado na Tabela 2 e na Figura 2i. Sua conclusão corrobora o fato de que as pessoas idosas da região rural tendem a trabalhar mais do que o idoso urbano.

Assim, as pessoas idosas da região rural tendem a permanecer mais tempo na força de trabalho em relação ao idoso urbano, dada a importância dos seus rendimentos para a sua sobrevivência, bem como a de seus familiares. Ainda há o fato da menor oportunidade no mercado de trabalho para as pessoas com sessenta anos ou mais nas cidades.

No tocante à análise regional, constata-se, na Tabela 2 e na Figura 2j, por meio dos efeitos marginais, que as categorias 1 e 2 apresentam valores negativos para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Também apresentam valores positivos para a região Centro-Oeste. Isso significa que nas três primeiras regiões há uma probabilidade maior de os indivíduos idosos serem somente aposentados. A categoria 3 tem efeitos marginais positivos em todas as regiões geográficas, excetuando a Centro-Oeste. Nessa região é maior a chance de o idoso trabalhar mesmo aposentado, ao passo que nas demais são maiores as chances de a pessoa idosa viver somente da aposentadoria. Para a categoria 4, os efeitos marginais são positivos em todas as regiões. Isso mostra que são maiores as chances de o indivíduo idoso estar trabalhando, mesmo aposentado.

Esses resultados indicam que nas três regiões brasileiras (Nordeste, Sudeste e Sul) a população idosa tem maior probabilidade de viver apenas da aposentadoria ou de continuar no mercado de trabalho para complementar sua renda. Na região Centro-Oeste é maior a probabilidade de o idoso permanecer no mercado de trabalho para poder complementar a aposentadoria e também viver de outros rendimentos que não sejam da aposentadoria, nem do trabalho. Nessa região, verifica-se baixo nível de escolaridade, principalmente quando comparado com as regiões Sul

e Sudeste, fato esse que pode contribuir para que a população idosa tenha mais chances de permanecer trabalhando, independentemente de estar aposentada ou de viver de outros rendimentos que não sejam do trabalho ou da aposentadoria. Na região Nordeste – que apresenta baixo rendimento domiciliar, bem como baixo nível de escolaridade –, as chances de a pessoa idosa viver unicamente da aposentadoria ou permanecer no trabalho para poder complementá-la são maiores.

Desse modo, considerando a magnitude dos efeitos marginais, em geral, pode-se concluir que as variáveis “local de residência” (urbana ou rural) e “sexo” foram as mais relevantes na definição da condição do idoso, seguidas pelas variáveis cônjuge e chefe de família. Por outro lado, as variáveis “educação”, “idade”, “cor”, “rendimento domiciliar *per capita*”, “região metropolitana” e “região geográfica” foram importantes, mas não tanto quanto as mencionadas anteriormente.

É necessário analisar também o teste de Hausman para a suposição de independência das alternativas irrelevantes, apresentado na Tabela 3. Há de se destacar que os resultados desse teste indicam que não foi possível rejeitar a hipótese IIA adotada no modelo logit multinomial. Ademais, ainda com relação ao ajustamento dos modelos estimados, das tabelas 2 e 4, a estatística de teste denominada razão de verossimilhança rejeitou a hipótese nula com 1% de nível de significância, indicando um bom ajuste.¹⁴

Tabela 3 - Teste de Hausman para a suposição de independência das alternativas irrelevantes

Alternativa omitida	²	Nível de significância
Categoria 1	-250,897	1,000
Categoria 2	32,412	0,446
Categoria 3	-1,0e+03	1,000
Categoria 4	-2,340	1,000

Fonte: Elaboração a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006.

Dessa forma, buscando melhor compreensão dos determinantes da participação do idoso no mercado de trabalho, o modelo logit multinomial foi estimado para cada sexo, individualmente, conforme a Tabela 4.

Em relação ao nível educacional, para o homem idoso com nível de instrução baixo são maiores as chances de receber algum rendimento no mercado de trabalho, categoria 2, ou da aposentadoria, categoria 3. Para as mulheres idosas, além da mesma relação para as categorias 2 e 3, verifica-se que mesmo aposentadas são maiores as chances de permanecerem no mercado de trabalho, conforme os resultados para a categoria 4. Esses resultados sugerem que, dado o nível de escolaridade, o homem, por receber melhores salários em determinados setores da economia em

relação ao sexo feminino, mesmo exercendo as mesmas funções, tem maiores incentivos para se retirar do mercado de trabalho quando se aposenta do que a mulher. Uma explicação para esse fato pode ser a maior expectativa de vida da mulher, que tendem a permanecer mais tempo no trabalho.

Tabela 4 - Efeitos marginais do modelo logit multinomial, segundo o sexo, Brasil, 2006

Variáveis	Categoria 1 - não trabalha e não é aposentado		Categoria 2 - trabalha e não é aposentado		Categoria 3 - não trabalha e é aposentado		Categoria 4 - trabalha e é aposentado	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Educação								
Nível 2	-0,0076 (-3,66)	-0,0203 (-4,13)	0,0029 (0,96)	0,0075 (3,50)	0,0158 (2,50)	0,0049 (0,97)	-0,0112 (-1,93)	0,0080 (3,13)
Nível 3	-0,0041 (-3,05)	-0,0142 (-4,50)	0,0016 (0,78)	0,0063 (4,51)	0,0059 (1,42)	0,0025 (0,77)	-0,0033 (-0,87)	0,0054 (3,13)
Nível 4	-0,0062 (-3,18)	-0,013 (-3,48)	0,0024 (1,07)	0,0067 (4,31)	0,0140 (2,72)	0,0017 (0,43)	-0,0101 (-2,08)	0,0048 (2,14)
Nível 5	-0,0028 (-1,90)	-0,044 (-14,10)	-0,0015 (-0,84)	0,0049 (4,06)	0,0120 (3,19)	0,0353 (11,55)	-0,0077 (-2,19)	0,0038 (2,33)
Nível 6	-0,0035 (-1,64)	-0,080 (-16,49)	0,0015 (0,81)	0,0066 (4,50)	0,0091 (2,18)	0,0577 (13,37)	-0,0071 (-1,87)	0,0160 (9,69)
Idade	-0,0015 (-6,33)	0,0014 (2,96)	-0,0195 (-50,93)	-0,0085 (-36,14)	0,0283 (43,27)	0,0116 (23,94)	-0,0074 (-12,32)	-0,0044 (-15,92)
Cor	-0,0027 (-0,81)	0,0350 (4,49)	-0,0181 (-3,84)	-0,0203 (-5,85)	0,0268 (2,76)	0,0047 (0,58)	-0,0060 (-0,67)	-0,0194 (-4,46)
Rendimento	-0,0000 (-10,78)	-3,0E-06 (-0,62)	7,98E-06 (3,17)	-5,85E-06 (-2,66)	0,0000 (-5,74)	-2,93E-06 (-0,63)	0,0001 (15,16)	0,0000 (6,20)
Chefe família	-0,0921 (-8,74)	-0,0651 (-6,48)	0,0124 (1,36)	0,0242 (4,43)	-0,1480 (-8,54)	-0,0200 (-1,90)	0,2277 (17,69)	0,0609 (8,07)
Cônjuge	-0,0277 (-8,00)	-0,0413 (-3,79)	0,0012 (0,09)	0,0030 (0,54)	-0,1951 (-6,55)	-0,0269 (-2,37)	0,2215 (6,29)	0,0652 (7,64)
Região metrop.	0,0161 (3,92)	0,0953 (11,88)	-0,0010 (-0,21)	-0,0015 (-0,44)	0,0858 (8,35)	-0,0606 (-7,42)	-0,1008 (-10,79)	-0,0332 (-7,72)
Região urbana	0,0352 (12,01)	0,2679 (32,90)	0,0007 (0,14)	-0,0083 (-1,72)	0,3031 (28,24)	0,0115 (1,04)	-0,3391 (-31,71)	-0,2711 (-26,27)
Região								
Nordeste	-0,0339 (-8,33)	-0,1014 (-5,90)	-0,0592 (-8,47)	-0,0183 (-3,00)	-0,0136 (-0,57)	0,0785 (4,22)	0,1066 (4,60)	0,0412 (3,46)
Sudeste	-0,0182 (-9,35)	0,0034 (0,57)	-0,0264 (-8,81)	-0,0013 (-0,59)	0,0242 (3,20)	-0,0063 (-1,03)	0,0205 (2,86)	0,0042 (1,27)
Sul	-0,0125 (-7,41)	-0,0235 (-4,79)	-0,0245 (-9,53)	-0,0014 (-0,76)	-0,0053 (-0,88)	0,0072 (1,45)	0,0424 (7,49)	0,0177 (6,84)
Centro-Oeste	-0,0006 (-0,47)	0,0078 (1,77)	0,0004 (0,20)	0,0009 (0,54)	0,0008 (0,15)	0,0072 (1,45)	-0,0007 (-0,13)	0,0007 (0,28)

Fonte: Elaboração a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006.

Nota: Os testes Z estão entre parênteses abaixo dos efeitos marginais. Os valores dos coeficientes em *itálico* não foram estatisticamente significativos a 5%.

Para Wanjman e Menezes Filho (2003), o mercado de trabalho tem sido caracterizado pelo aumento das taxas de participação das mulheres idosas, o que tem auxiliado para o envelhecimento do perfil etário da oferta de trabalho. Segundo Camarano et al. (1999), em 1996, cerca de 40% das mulheres idosas eram analfabetas, contra 33% dos homens idosos. Esses dados sugerem, de acordo com a autora, não só o baixo nível educacional dos idosos, mas uma discriminação ocorrida nas oportunidades educacionais. Isso pressupõe que a pessoa idosa do sexo feminino, por possuir menor escolaridade em relação ao homem idoso, tende a receber menores salários no mercado de trabalho, o que acarreta a necessidade de permanecer mais tempo trabalhando.

As variáveis idade e cor apresentam resultados semelhantes, uma vez que há diferença entre os sexos apenas na categoria 1. Portanto, conforme aumenta a idade, há mais chances de o homem idoso receber algum rendimento da aposentadoria ou do mercado de trabalho que a mulher. Segundo Camarano (2001), em 1998, entre os homens de 60 a 65 anos, as taxas de atividade variavam de 62 a 33%, o que indica a velocidade da queda da participação dos idosos no mercado de trabalho. Há de se destacar que as taxas de atividade feminina são inferiores às do sexo masculino e são bastante afetadas pela idade. Variavam de 18 a 6% entre a população de 60 a 75 anos.

Já, para a variável cor, constata-se que, em relação ao sexo, são maiores as chances de o homem branco sustentar-se com os rendimentos da aposentadoria, categoria 3, em relação ao homem não branco. Por outro lado, a mulher branca tem mais chances de estar na categoria 1, ou seja, não trabalhar nem receber aposentadoria em relação à não branca.

Santos (2001, p. 171) mostra que a população idosa feminina de cor branca retira-se mais cedo da força de trabalho, seguida pelas idosas negras, os idosos brancos e os idosos negros. Merece destaque o fato de que “[...] quase um terço da população masculina negra com mais de 60 anos permanece no mercado de trabalho, juntamente com 28% dos homens brancos, 12% das mulheres negras e 9,1% das brancas da mesma faixa etária”.

Com relação à renda domiciliar *per capita*, as estimativas indicam diferenças entre os sexos na categoria 2. No entanto, o valor do efeito marginal é pequeno, como ocorreu para o modelo estimado com todos os indivíduos. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que os rendimentos do homem têm importância maior para a renda domiciliar.

Quanto às variáveis “chefe de família e cônjuge”, as estimativas sugerem que não há diferenças significativas entre os sexos e que há maior probabilidade de o

idoso ou de a idosa estar trabalhando, aposentado ou não, quando são chefes de família ou cônjuge.

Para a variável região metropolitana, observam-se resultados semelhantes aos contidos na Tabela 2, tanto para homens quanto para mulheres, nas categorias 1, 2 e 4, excetuando a categoria 3. Isso significa que há maior probabilidade de o homem idoso morador das regiões metropolitanas viver dos rendimentos da aposentadoria, participando ou não do mercado de trabalho, ao passo que a mulher idosa que reside nessa região apresenta maiores chances de se sustentar somente de outros rendimentos que não provenham da aposentadoria ou do trabalho.

No caso do local de residência, rural ou urbano, não há diferenças estatisticamente significativas. Por fim, para as grandes regiões, verifica-se apenas uma diferença estatisticamente significativa para a região Sudeste, na categoria 3, na qual, para os homens, há uma relação positiva e para as mulheres, negativa. Dessa forma, nessa região há uma probabilidade maior de o homem ser aposentado, participando ou não do mercado de trabalho; já para a mulher, na categoria 4, de estar no mercado de trabalho e aposentada.

Com isso, em geral, quando a análise é realizada individualmente, para cada sexo, o modelo proposto não indicou diferenças estatisticamente significativas apenas para as variáveis “chefe de família, cônjuge e região urbana”. Por outro lado, os resultados das estimativas do modelo para ambos os sexos indicam maior probabilidade de os homens, em relação às mulheres, estarem nas categorias com algum rendimento do trabalho, da aposentadoria ou de ambos.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi investigar os principais determinantes da condição do idoso em permanecer no mercado de trabalho, usufruindo ou não da aposentadoria. Os resultados permitem concluir que as variáveis “região de residência (urbana ou rural)” e “sexo” foram as mais relevantes na determinação do comportamento do idoso, seguidas pelas variáveis “posição do idoso na família, como cônjuge e chefe de família”. As demais variáveis, como educação, idade, cor, rendimento domiciliar *per capita*, região metropolitana e região geográfica, foram importantes, mas não tanto quanto as mencionadas anteriormente.

Verificou-se que a pessoa idosa que residente nas áreas urbanas tem maior probabilidade de estar fora do mercado de trabalho, aposentada ou não. Desse modo, são maiores as chances de o idoso rural participar do mercado de trabalho em relação ao residente do meio urbano. Quanto ao sexo, observou-se que a

população idosa é formada, em sua maioria, pelas mulheres e que há maior probabilidade de o homem idoso permanecer em alguma categoria com rendimento do trabalho ou da aposentadoria do que a mulher idosa. Esse fato pode ser explicado pela oferta de trabalho no passado, quando as mulheres participavam menos do mercado de trabalho.

Os resultados do trabalho também sugerem que quando o idoso não é o cônjuge, chefe de família ou tem baixa escolaridade tem maior probabilidade de estar no mercado de trabalho, aposentado ou não. No que se refere à cor, observa-se que há maior probabilidade de o branco estar fora do mercado de trabalho em relação ao não branco, ou seja, depender da aposentadoria ou de outro rendimento que não do trabalho. Já, em relação à variável idade, quanto maior a idade do indivíduo, maiores são as chances de ele não trabalhar.

Observou-se que a maior parte da população idosa brasileira mora fora das regiões metropolitanas do país e que há maior probabilidade de o homem idoso, morador das regiões metropolitanas, não participar do mercado de trabalho, recebendo ou não aposentadoria, ao passo que a mulher idosa, que reside nessa localidade, tem mais chances de não receber rendimentos do mercado de trabalho e da aposentadoria. Quanto às regiões geográficas, a porcentagem da população idosa masculina é superior à feminina, excetuando a região Sudeste, onde mora a maior parte da população idosa. Os resultados mostraram que nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul a população idosa apresenta maior probabilidade de estar aposentada, participando ou não do mercado de trabalho. Na região Centro-Oeste, é maior a probabilidade de o idoso ser aposentado e não permanecer no mercado de trabalho.

Por fim, uma questão que deve ser estudada em pesquisas futuras seria a análise de políticas públicas a serem adotadas diante desse aumento do número de pessoas idosas que se aposentam e permanecem no mercado de trabalho, bem como o crescente déficit na previdência social, pelo aumento das pessoas idosas que estão se aposentando.

THE DETERMINANTS OF ELDERLY PARTICIPATION IN THE BRAZILIAN LABOR MARKET

Abstract

An analysis of elderly people in the Brazilian labor market is provided. Current paper verifies the determining factors by which elderly people decide to retire or not from work-ing, or rather, whether they continue working or quit the labor market. Logit multinomial model, based on information produced by the 2006 Brazilian Home Sampling Research (PNAD) of the IBGE, was employed. Results suggest that gender and domicile region (whether agricultural or urban) variables were highly relevant in elderly people's behavior. These factors were followed by other variables related to elderly people with regard to their family, as breadwinner and spouse. Other variables, such as living or not in a metropolitan region, geographical region, schooling, age, color and family income per capita, were important, albeit not so much as the former. It has been verified that there is a high probability for elderly males, especially from the rural area, to insert themselves in the labor market.

Keywords: Elderly people. Labor market. Retirement.

DETERMINANTES DE LA PARTICIPACIÓN DEL ANCIANO EN EL MERCADO DE TRABAJO BRASILEÑO

Resumen

El objetivo de este trabajo es estudiar al anciano en el mercado de trabajo brasileño, para verificar los factores determinantes de la elección del individuo anciano en jubilarse o no, así como permanecer o retirarse del mercado de trabajo. Con base en las informaciones de la PNAD (Encuesta Nacional por Muestras de Domicilios) del IBGE, del año de 2006, fue utilizado el modelo *logit multinomial*. Los resultados sugieren que las variables "sexo y región de residencia (rural y urbana)" fueron las más relevantes en la definición del comportamiento del anciano, seguidas por las variables relacionadas a la condición del anciano en la familia, como jefe y cónyuge. Las demás variables –región metropolitana o no-metropolitana, región geográfica, educación, edad, color e ingreso domiciliar *per cápita*– fueron importantes, pero no tanto cuanto las primeras. Se verificó que hay mayor probabilidad de que los ancianos del sexo masculino, especialmente en el medio rural, participen del mercado de trabajo.

Palabras clave: Anciano. Jubilación. Mercado de trabajo.

Notas

- ¹ Para maiores detalhes, ver os capítulos 6 e 7 de Ehrenberg e Smith (1994).
- ² O salário de reserva é aquele que torna o indivíduo indiferente entre lazer e trabalho.
- ³ “[...] um contexto de oferta de trabalho mais comum, que inclui renda de não-trabalho, riqueza, oferta de salários, suporte familiar e estado de saúde da população idosa” (METE; SCHULTZ, 2002, p. 3, apud PÉREZ, WAJNMAN; OLIVEIRA, 2006). METE, C.; SCHULTZ, T. P. *Health and labor force participation of the elderly In Taiwan*, Jun. 2002. (Center Discussion Paper, n. 846).
- ⁴ Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.
- ⁵ Países europeus: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Finlândia, Itália, Noruega, Reino Unido, Suécia, Suíça. Além de Portugal e Rússia, incluídos por situações distintas. O primeiro por ter profundas relações históricas e culturais com o Brasil, e o segundo por ser o país mais importante da antiga União Soviética e enfrentar sérios problemas de estruturação institucional num sistema de mercado. Países americanos: Estados Unidos, México, Canadá, Argentina, Chile e Costa Rica. Países asiáticos: China, Hong Kong, Japão e Índia.
- ⁶ A população idosa estimada foi obtida considerando o peso presente na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio para cada indivíduo.
- ⁷ Conforme Camarano (1999), em 1996, cerca de 40% das mulheres idosas eram alfabetizadas, contra 33% dos homens idosos. Gasparini et al. (2007) fizeram três classificações em relação à educação formal – inábil (no máximo oito anos de estudo), semiqualeficado (9 a 13 anos de estudo) e qualificado (mais de 13 anos de estudo) – e observaram que países como Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e República Dominicana apresentaram, no mínimo, 90% de pessoas idosas na categoria inábil. Em todos os países da América Latina e do Caribe, a probabilidade de estar no grupo inábil é maior para as pessoas idosas, e é cerca de duas vezes maior que os adultos de países com relativa diminuição do nível de pobreza como Argentina, Chile e Uruguai.
- ⁸ O rendimento familiar *per capita* está em reais de setembro de 2006. Além disso, deve-se enfatizar que esta variável foi incluída, no modelo empírico, como uma variável quantitativa, mas, neste tópico, é apresentada em cinco faixas.
- ⁹ Tafner (2007) verifica que o rendimento médio domiciliar *per capita* das pessoas que recebem os benefícios de aposentadoria e pensão é superior aos que não recebem benefícios, sobretudo entre os 10% mais ricos da população. Além disso, conforme o mesmo trabalho, os 15% dos domicílios mais ricos possuem aposentados cuja faixa de rendimento de aposentadoria é de dez salários-mínimos. Segundo Camarano (2001), os rendimentos médios da população masculina, em 1998, cresceram com a idade até os 55 anos e decresceram após essa idade. No entanto, esses rendimentos, mesmo decrescentes, situaram-se em um patamar mais elevado do que o da população jovem.
- ¹⁰ Gasparini et al. (2007) constataram que aproximadamente um quarto das famílias da América Latina e do Caribe é chefiado por pessoas idosas.
- ¹¹ Além disso, como apresentado na Tabela 2, com relação às variáveis explicativas, são consideradas como categoria base ou de referência o nível 1 de escolaridade, a cor não branca, o sexo feminino, a condição não chefe de família, a condição não cônjuge, a região não metropolitana, as regiões rural e a Norte.
- ¹² Conforme Tafner (2007), entre os 10% dos domicílios mais ricos, a renda média domiciliar *per capita* dos domicílios com pessoas que recebem os benefícios de aposentadoria e pensão é superior aos que não possuem indivíduos que recebem esses benefícios. Entre esses domicílios, 15% possuem aposentados na faixa de rendimento de aposentadoria de dez salários-mínimos.
- ¹³ De acordo com o Amadeo (2006), a taxa de desemprego aumentou substancialmente nas regiões metropolitanas em relação às cidades menores e às regiões rurais, no período compreendido entre 1990 e 2004.
- ¹⁴ Esse teste é similar ao de ajustamento da análise de regressão clássica, no qual, com exceção do intercepto, é testado se os demais coeficientes são iguais a zero.

Referências

- AFONSO, L. E; SCHOR, A. Oferta de trabalho dos indivíduos com idade superior a 50 anos: algumas características da década de 90. In: ANPEC. *Anais...*, Salvador, 2001.
- ALMEIDA, A. N.; FREITAS, R. E. *Renda e despesa familiar no Brasil segundo a pesquisa de orçamentos familiares (POF) 2002-2003*. Brasília: Ipea, nov. 2006. (Texto para discussão, n. 1.235).
- AMADEO, E. Instituições trabalhistas e desempenho do mercado de trabalho no Brasil. In: TAFNER, P. (Ed.). *Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 231-303.
- BERKOVEC, J.; STERN, S. Job exit behavior of older men. *Econométrica*, New Jersey, v. 59, n. 1, p. 189-210, jan. 1991.
- BRASIL. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 25 jul. 1991.
- _____. Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 5 jan. 1994.
- CAMARANO, A. A. (Coord.). *Como vai o idoso brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1999. (Texto para discussão, n. 681).
- _____. *O idoso brasileiro no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Ipea, out. 2001. (Texto para discussão, n. 830).
- _____. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro: Ipea, jan. 2002. (Texto para discussão, n. 858).
- CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I.; PASCOM, A. R. P. et al. *Como vai o idoso brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1999. (Texto para discussão, n. 681).
- CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. *Envelhecimento, condições de vida e política previdenciária*. Como ficam as mulheres. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2002. (Texto para discussão, n. 883).
- CAMARANO, A. A.; GHAOURI, S. K. E. *Famílias com idosos: ninhos vazios?* Rio de Janeiro: Ipea, abr. 2003. (Texto para discussão, n. 950).
- CARVALHO, E. *Idoso no Brasil é categoria*. Disponível em: <<http://www.andreiamota.com/idoso.html>>. Acesso em: 20 abr. 2007.
- CRESPO, A.; REIS, M. C. O efeito-diploma no Brasil. *Boletim Mercado de Trabalho*, Rio de Janeiro: Ipea, out. 2006.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. *O Idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 1999. (Texto para discussão, n. 688).
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE: (on-line). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/anuario2007.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2008.

- EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. *Oferta de mão de obra para a economia: a decisão de trabalhar. A moderna economia do trabalho - teoria e política pública*. São Paulo: Makron Books, 2005. p. 204-207.
- ELLERY JÚNIOR, R. de G.; BULGARIN, M. N. S. *Previdência social e bem-estar no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, out. 2001. (Texto para discussão, n. 831).
- GASPARINI, L. et al. *Poverty among the elderly in Latin America and the Caribbean*. Argentina: Universidad Nacional de La Plata, 2007.
- GIAMBIAGI, F. et al. Diagnóstico da previdência social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 265-418, dez. 2004.
- GREENE, W. H. *Econometric analysis*. 5. ed. New York: New York University Press, 2003.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980-2050: revisão 2004*. Rio de Janeiro: IBGE - Depis. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2007.
- INFANTE, L. P. de O.; FERREIRA, C. R. Comportamento da parcela do rendimento domiciliar *per capita* aposentadorias e pensões nas macrorregiões Brasileiras: 1981 a 2002. In: ANPEC-SUL. *Anais...*, 2003.
- KRETER, A. C. M. *Avaliação da eficácia e da equidade das aposentadorias no meio ru-ral*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade de São Paulo.
- MENEZES, A. W. F.; CARRERA-FERNANDEZ, J. O idoso no mercado de trabalho: uma análise a partir da RMS. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 52-67, 2001.
- MENEZES, T. A. de.; SILVEIRA NETO, R. da Mota; AZZONI, C. R. Demografia, ciclo de vida e dinâmica da desigualdade regional de renda no Brasil. In: ANPEC. *Anais...*, 2006.
- NERI, A. L. *Idosos no Brasil vivências, desafios e expectativas na 3ª idade*. São Paulo: Coedição Fundação Perseu Abramo e Sesc SP. Disponível em: < <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?cid=69>>. Acesso em: 15 set. 2007.
- Modelo da Previdência não resiste. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 mar. 2007. Folha di-nheiro, B, p. 9.
- OLIVEIRA, F. E. B.; BELTRÃO, K. I. *Reforma estrutural da previdência: uma proposta para assegurar proteção social e equidade*. Brasília: Ipea, 1999. (Texto para discussão, n. 690).
- PATROCÍNIO, W. P. *Envelhecimento e trabalho dentro de cooperativas populares. (on-line)* Disponível em: [http://www.portaldoenvelhecimento.net/pforum/tv4.htm\[sd\]](http://www.portaldoenvelhecimento.net/pforum/tv4.htm[sd]). Acesso em: 19 maio 2008.
- PEREIRA, D. J.; BARRETO, F. A. F. D.; TEBALDI, E. Transferências governamentais e participação na força de trabalho: um estudo do caso brasileiro baseado nos dados do censo. In: ARRAES, R.; HERMANNNS, K. (Org.). *Desigualdades e políticas regionais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenaeur, 2007. p. 1-302.

- PÉREZ, E. R.; WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Análise dos determinantes da participação no mercado de trabalho dos idosos em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XV. Caxambu, MG, set. 2006. *Anais...*
- SAAD, P. M. Transferências de apoio entre gerações no Brasil: um estudo para São Paulo e Fortaleza. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. p. 251-280.
- SANTOS, L. C. C. dos; “Trabalha, trabalha negro”: participação dos grupos raciais no mercado da RMS. *Revista Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 4, p. 169-176, 2001.
- TAFNER, P. *Simulando o desempenho do sistema previdenciário e seus efeitos sobre pobreza sob mudanças nas regras de pensão e aposentadoria*. Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2007. (Texto para discussão, n. 1.264).
- WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA, E. L. A atividade econômica dos idosos no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.
- WAJNMAN, S.; MENEZES FILHO, N. Os efeitos da mudança demográfica sobre a desigualdade de rendimentos no Brasil. In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F. (Org.). *Desigualdades de rendimentos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 151-172.